



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - INEMA/DG/DISUC/CGEUC

ATA DA XI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA APA SÃO DESIDÉRIO REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2025.

Aos 20 (vinte) dias do mês de agosto do ano de 2025, às oito horas e quarenta e oito minutos, a presidente do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental – APA São Desidério, Cássia Katielle Carvalho de Oliveira, deu início à XI Reunião Ordinária do Conselho Gestor. A reunião foi realizada de forma híbrida, com encontro presencial no auditório da Câmara Municipal de São Desidério e participação virtual por meio da plataforma Microsoft Teams. Cássia deu as boas-vindas aos conselheiros e convidados, ressaltando a importância do encontro, e informou que a reunião estava sendo gravada. Em seguida, apresentou a ordem do dia, com destaque para a pauta principal referente à apresentação e esclarecimentos sobre o Monumento Natural Cavernas de São Desidério (MONA), recém-criado e sobreposto em parte ao território da APA, com a participação de representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Inicialmente, foi passada a palavra ao biólogo Mateus, coordenador da CGEUC/INEMA, que apresentou brevemente a função da Coordenação de Gestão de Unidades de Conservação e a relevância do diálogo sobre a gestão conjunta entre Estado e União do território das referidas unidades de conservação (APA de São Desidério e MONA Cavernas de São Desidério). Em seguida, o analista ambiental Kléber Gomes de Oliveira (Coordenador Territorial do ICMBio Salvador), realizou uma apresentação técnica sobre o Monumento Natural Cavernas de São Desidério, acompanhado pelas colegas Caroline Maldonado de Oliveira e Laura de Souza Campos, ambas da coordenação territorial do ICMBio em Salvador. Durante sua explanação, Kléber destacou os objetivos do MONA, que são a preservação do patrimônio espeleológico, arqueológico e biológico associado às mais de duzentas cavernas registradas no município, ressaltando também o potencial turístico da região e a necessidade de gestão compartilhada. Foram apresentados mapas de sobreposição entre o MONA e a APA, além de informações sobre fauna cavernícola, relevância cultural, como pinturas rupestres e sítios arqueológicos e propostas de fortalecimento da governança territorial. Kléber esclareceu que, a criação do MONA prevê a compatibilização entre conservação ambiental e atividades socioeconômicas locais, destacando que propriedades privadas podem permanecer no interior da unidade desde que observadas as regras de uso. Também apontou as perspectivas de fomento ao turismo de base comunitária, a capacitação de guias locais, o incentivo à agricultura familiar sustentável e o apoio à pesquisa científica. Explicou ainda o conceito de zona de amortecimento, prevista em decreto, onde poderão ser permitidas atividades minerárias e de geração de energia desde que devidamente licenciadas, reforçando que dentro do MONA a mineração não é permitida. Após a apresentação, foi aberto espaço para manifestações dos conselheiros e participantes. Nesse momento, foram feitas diversas perguntas ao representante do ICMBio. Artur (AIBA) questionou sobre a possibilidade de exploração mineral dentro da unidade de conservação e no seu entorno, ao que Kléber respondeu que a mineração não é permitida dentro do MONA, sendo possível apenas em zona de amortecimento prevista em decreto e devidamente licenciada, ressaltando que o desenho da unidade já excluiu áreas de mineração ativa e que qualquer alteração de limites dependeria de aprovação do Congresso Nacional, o que é politicamente difícil de ocorrer. Em seguida, Fabio (UNEB) questionou como ficaria a pavimentação do trecho da BR-135 que atravessa a área do MONA e se haveria risco às cavernas da região. Kléber esclareceu que o licenciamento da rodovia é conduzido pelo IBAMA, mas o ICMBio é consultado por se tratar de área com relevância espeleológica. Informou que, já foi solicitado estudo sismológico para avaliar se a trepidação dos veículos pode afetar as cavernas e destacou que a obra é possível, desde que observados os critérios técnicos, mencionando também a possibilidade de alternativas de traçado. Outra dúvida, apresentada por Fabio (UNEB) referiu-se à continuidade das atividades agrícolas e de pequenos empreendimentos já existentes dentro da área sobreposta. Kléber explicou que essas práticas poderão permanecer desde que compatíveis com os objetivos da unidade de conservação, ressaltando que atividades de grande impacto, como desmatamentos extensivos ou projetos industriais, dificilmente seriam autorizadas, mas que a agricultura familiar e as práticas tradicionais de baixo impacto não sofrerão impedimento. Biracy (Assentamento Tainá) levantou a dificuldade enfrentada por agricultores locais em acessar crédito rural, uma vez que bancos vinham alegando restrições por estarem em área de unidade de conservação. Kléber esclareceu que não existe impedimento legal e que o

ICMBio pode emitir ofício explicativo para os bancos, a fim de garantir a liberação de financiamentos, prática que já tem sido aceita em outros territórios. Acácia (CONDEMA SD), trouxe a necessidade de capacitação técnica para atender ao turismo sustentável, considerando o potencial do município para o turismo de base comunitária, observação de aves e visitação de cavernas. Ela destacou que, o município tem a sede do IFBA (Instituto Federal da Bahia) entretanto, só possui o curso na área de turismo na modalidade FIC (3 meses) com carga horária inferior a necessária para ser cadastrado como guia. Kléber (ICMBio) afirmou que o ICMBio possui coordenação voltada ao uso público e que pretende desenvolver ações de formação em parceria com universidades e instituições locais. Acácia (CONDEMA SD) destacou a dificuldade de algumas comunidades se reconhecerem como tradicionais, o que compromete o acesso a políticas públicas específicas. Em resposta, Kléber ressaltou que o ICMBio apoia processos de autoidentificação e que o mapeamento dessas comunidades é fundamental para a construção de políticas e linhas de apoio. Por fim, Acácia (CONDEMA SD) questionou sobre a elaboração do Plano de Manejo do MONA e a definição das regras de uso. Kléber informou que a criação do Conselho Gestor do Monumento será o primeiro passo e que há a possibilidade de integração com o Conselho da APA para otimizar os trabalhos. Explicou que o Plano de Manejo demandará maior tempo e preparação, mas que planos de uso específicos, como os voltados ao turismo ou à agricultura familiar, poderão ser elaborados previamente, de forma conjunta com os conselheiros e comunidades locais. Raquel (AIBA) trouxe que o Conselho Gestor da APA de São Desidério possui um banco de projetos para a unidade dentro do documento que compõe a Solicitação de Aplicação de Recursos (SAR) e questionou se esses projetos serão levados em consideração pelo ICMBio. Kléber afirmou que, o ICMBio não faz fomento (não repassa recurso), entretanto o ICMBio capta o recurso e executa junto com as comunidades. E que o ICMBio está mapeando as possibilidades de fomento a comunidades tradicionais. Raquel (AIBA) questionou também em relação as práticas de prevenção de incêndios florestais. Caroline (ICMBio) ressaltou que, o instituto trabalha com Plano de Manejo Integrado do Fogo (PMIF) partindo da premissa de que fogo fez parte da evolução da humanidade, então isso torna perfeitamente factível e aceitável o fato de que a humanidade continua utilizando-o, especialmente as comunidades, que muitas vezes já tem hábitos e costumes tradicionais de trabalhar com o fogo e é isso, vai desde a limpeza de pastagem, a renovação de algum tipo de agricultura específica. Então cada plano de manejo integrado do fogo, que a gente chama de PMIF, ele é feito com base na realidade daquela unidade e a compreensão que o fogo está sendo usado e no território e a partir daí, pensar quais são as formas mais adequadas da gente. Abordar isso dentro da dinâmica da unidade e da relação das pessoas que moram dentro e no entorno dela. Emily (Paul Singer) expôs as dificuldades enfrentadas pelos condutores que não são cadastrados, reforçando o ponto abordado pela Acácia com relação a formação desses indivíduos. Glaucia (AIBA) reforçou a necessidade das oficinas para construção do Plano de Manejo da UC serem realizadas nas comunidades afetadas. E sugeriu ainda, a realização de um memorando ao Banco Central sobre as restrições enfrentadas pelas propriedades que estão situadas em áreas de Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Cristina (SEMATUR) abordou as tratativas da Prefeitura Municipal com o IFBA para a formação de guias de turismo e as medidas adotadas pelo município para o credenciamento de condutores. Ao final, Cássia reforçou a importância da integração entre APA e MONA, ressaltando que a reunião contribuiu para fortalecer a governança e alinhar expectativas sobre os próximos passos, incluindo a realização de encontros futuros para aprofundar o debate com as comunidades locais. Kleber (ICMBio) e Mateus Camilo (CGEUC/INEMA) agradeceram a participação de todos. Nada mais havendo a tratar, a presidente agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião às doze horas e trinta e um minutos. Estiveram presentes na reunião membros representantes de diferentes setores que compõem o Conselho Gestor da APA São Desidério, com participação presencial e virtual. Do setor público, participaram: Cássia Katielle Carvalho de Oliveira (INEMA), Suzy Magaly Alves Cabral de Freitas (UFOB), Carmem Cristina Galvão (Seinfra), Ana Cristina B. Santos (SEMATUR) e Fábio de Oliveira (UNEB). Dos empreendedores locais estiveram presentes: Suetony de Souza Alencar (Mineração São Jorge), Wallas Gabriel dos Santos Calazans (ABAPA) e Mateus Ricardo B. Ribeiro (ABAPA), Raquel Fernandes Paiva (AIBA), Glauciana Pereira de Araújo (AIBA), Artur de Souza Ribeiro (AIBA). Da sociedade civil participaram: Gilnando Francisco Macêdo Souza ((Associação Brasileira de Capoeira Sangue Bom) e Wagner Souza (SINRTRAF SD). Também estiveram presentes na reunião: Mateus Camilo Leite Matos (CGEUC/INEMA), Mikael Guedes Barreto Novais (INEMA), Cassiana Marchesan (SEMA/BA), Kléber Gomes de Oliveira (ICMBio), Caroline Maldonado de Oliveira (ICMBio), Laura de Souza Campos (ICMBio), Maria Inês Thácila de Souza Santos (SEMATUR), Juscelino Ferreira dos Santos (SEMATUR), Emily Araújo Sáteles (Paul Singer), Leilson Guimarães de Oliveira (Associação Brasileira de Capoeira Sangue Bom), Acácia Roberta S de Lima (CONDEMA SD), Biracy Silvério Alves (Assentamento Tainá), Gilmar Francisco (Brigada Municipal de SD).



Documento assinado eletronicamente por **CASSIA KATIELLE CARVALHO DE OLIVEIRA, Técnico em Meio Ambiente**, em 10/11/2025, às 08:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00127115137** e o código CRC **BEB1FB44**.

Referência: Processo nº 046.2782.2022.0029293-70

SEI nº 00127115137